

TRAGÉDIA NO SUL

R\$ 5,1 mil e novas casas para os desabrigados

Em visita ao estado, Lula anuncia pacote de socorro financeiro às famílias atingidas

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, ontem, um pacote de novas ações para apoiar a população gaúcha. O foco agora está nas pessoas físicas, com ajuda financeira para as que perderam bens e casas nas enchentes. A principal medida é o Auxílio Reconstrução, um pagamento único de R\$ 5,1 mil para as famílias, voltado à compra de móveis e eletrodomésticos.

O valor será depositado pela Caixa Econômica Federal diretamente na conta do beneficiário, via Pix. Para identificar quem pode pedir o auxílio, a Defesa Civil fará um levantamento dos endereços afetados por enchentes.

As iniciativas foram divulgadas durante evento em São Leopoldo, na região metropolitana de Porto Alegre, com uma comitiva de integrantes do governo e do Legislativo. Entre os presentes, estavam o ministro da Fazenda, Fernando Haddad; o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite; e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso. Convidados por Lula, os presidentes do Senado,

Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), decidiram ficar em Brasília.

Com a estimativa de 200 mil famílias aptas a receber o auxílio, o custo à gestão federal pode chegar a R\$ 1,2 bilhão. Para obter os R\$ 5,1 mil, os interessados deverão fazer o pedido no aplicativo da Caixa, que vai conferir o endereço cadastrado com a lista da Defesa Civil. De acordo com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, o pagamento será feito automaticamente, “de forma rápida, facilitada”.

Os cidadãos gaúchos também poderão sacar um valor máximo de R\$ 6,22 mil de suas contas no FGTS, independentemente de terem ou não perdido bens nas enchentes. O governo também vai antecipar o calendário de pagamento do abono salarial nos municípios em estado de calamidade ou emergência, para os trabalhadores habilitados.

Outro foco dos anúncios foi a habitação. Segundo o governo, ainda não há como precisar quantos imóveis foram destruídos. Uma estimativa feita na semana passada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) menciona ao menos 99,8

mil casas perdidas. As enchentes já deixaram quase 80 mil desabrigados, e 538 mil desalojados.

Quem já participava do programa Minha Casa, Minha Vida e pagava o imóvel com seu FGTS terá as parcelas suspensas por seis meses.

Compra de residências

Outra medida será a compra assistida de imóveis usados. Rui Costa prometeu que o governo vai assegurar novas residências para as famílias de menor renda. “O presidente Lula está garantindo que as casas que foram perdidas nas enchentes, as que se encaixam dentro do perfil do Minha Casa, Minha Vida, faixas um e dois, no mesmo padrão de renda, 100% dessas famílias terão suas casas garantidas de volta pelo governo federal”, pontuou.

Segundo Rui Costa, quem está em abrigos já pode procurar imóveis para comprar, que serão auxiliados pelo governo. Ainda falta detalhar as medidas. Por exemplo, o valor máximo que será coberto pelo poder público. As faixas citadas pelo ministro abrangem uma renda familiar mensal de até R\$ 4,4 mil. O

Planalto também anunciou outras medidas para a área da habitação (veja arte).

Na visita a São Leopoldo — um dos municípios mais afetados pelas enchentes —, Lula esteve em um abrigo e elogiou o trabalho dos voluntários. No discurso, ainda fez duras críticas a quem espalha notícias falsas a respeito da tragédia. Para o presidente, “esse tipo de gente vai ser banido da política brasileira”.

Ele chamou atenção também dos prefeitos da região, para que acelerem o envio de pedidos e projetos para o governo federal. Alguns gestores municipais vêm reclamando tanto da quantidade de recursos liberados quanto da demora no repasse.

“Pelo amor de Deus, a agilidade de vocês ao apresentarem propostas e projetos é que vai mostrar se a Caixa Econômica está morosa ou não. Se tem burocracia ou não. Os projetos têm de ser imediatos”, enfatizou.

No abrigo, Lula, a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, e os demais integrantes da comitiva conversaram e tiraram fotos com as famílias que estão vivendo no local porque não têm condições de voltarem para suas casas.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

Luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



Troca de comando da Petrobras sinaliza novo rumo econômico

Bastou uma troca de comando para a Petrobras perder R\$ 35 bilhões em valor de mercado num só dia. Pode ser uma reação natural dos investidores, que gostam de especular nestes momentos, ou uma tendência de mudança de rumo da economia. É cedo para avaliar qual será o desfecho da substituição do ex-senador petista Jean Paul Prates, que manteve atuação relativamente independente, pela engenheira Magda Chambrind, também petista, que já foi presidente da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

A Petrobras encerrou o pregão de ontem com um valor de mercado de R\$ 499 bilhões, contra R\$ 548,5 bilhões de terça-feira, quando o presidente Lula convocou Prates para uma reunião. Na presença do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e do ministro da Casa Civil, Rui Costa, Lula comunicou sumariamente que precisava do cargo e que nomearia Magda para o comando da empresa. Magda Chambrind defende a expansão das áreas de refino e de produção de gás e também fala em incentivar a indústria naval, para aumentar a participação de empresas brasileiras no arranjo produtivo da companhia.

Magda tem 66 anos, é formada em engenharia civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestre em engenharia química. Também tem especializações em engenharia de reservatórios e avaliação de formações, além de produção de petróleo e gás. Começou a trabalhar na Petrobras em 1980 e atuou na área de produção por mais de 20 anos. Em 2002, assumiu a assessoria da diretoria de Exploração e Produção da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Em 2008, assessorou a comissão interministerial criada pelo presidente Lula para estudar as regras de exploração e produção das reservas de petróleo e gás na área do pré-sal e, em 2012, assumiu a diretoria-geral da ANP, onde permaneceu até 2016.

A mudança de comando da Petrobras deve reacender o debate sobre a política econômica do governo, sob comando do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, cuja orientação é social-liberal. Essa linha é muito questionada por dirigentes e parlamentares do PT e economistas desenvolvimentistas, cuja principal expressão no governo é o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante. Esses setores defendem uma participação mais intensa da Petrobras no desenvolvimento do país.

Acontece que a experiência do PT no comando da Petrobras, nos governos Lula e Dilma Rousseff, foi desastrosa, por causa da estratégia megalômana de expansão da empresa e os escândalos de corrupção, que resultaram no chamado Petróleo e na Operação Lava-Jato. Os prejuízos da Petrobras foram enormes, inclusive nos Estados Unidos, cujos fundos de pensão estão entre seus maiores investidores. O caso da empresa Sete Brasil é o mais escandaloso e um dos maiores fracassos de política industrial do país.

Capitalismo de Estado

Em recuperação judicial desde 2016, a Sete Brasil pediu falência à Justiça, ao fim de um enredo de dívidas, má gestão e escândalos de corrupção. Fundada em 2010, como um consórcio de grandes acionistas privados, fundos de pensão e a Petrobras, a empresa deveria gerenciar a compra e a operação de sondas para exploração de novas áreas. Das 28 sondas previstas, somente quatro entraram em operação. Deixou R\$ 18 bilhões de dívidas com bancos e investidores, além de processos contra executivos acusados de corrupção.

Se o pedido de falência for aprovado, a Petrobras, que vinha tentando recuperar pelo menos R\$ 1 bilhão do que tem a receber da Sete Brasil, deve esquecer esse dinheiro, assim como o FGCN, que destinou R\$ 6,3 bilhões à empresa, e o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), responsável por um aporte de R\$ 2,5 bilhões no negócio. Bancos e estaleiros contratados para construir as sondas também estão com um mico na mão. Nos Estados Unidos, os fundos de pensão também cobram o ressarcimento dos prejuízos.

Com a mudança de rumo da Petrobras, a retomada do debate sobre capitalismo de Estado no Brasil será inevitável. Durante o governo Dilma Rousseff, a chamada “nova matriz econômica”, que fracassou e foi uma das causas de seu impeachment, resultou da reorientação do papel do Estado na economia, em razão da crise de 2008, ainda no governo Lula 2. Houve maior participação do Estado em todas as áreas de atividades, com o fortalecimento das estatais e dos bancos públicos.

Lula dá mostras de que pretende retomar o desenvolvimento do país a partir da política que adotou no fim do seu segundo mandato, quando ampliou o crédito ao consumidor e ao mutuário, aumentou o salário mínimo, criou programas de transferência de renda direta, criou o PAC I e o PAC II (lançado em 2010) e ampliou o leque de atuação do BNDES para estimular o investimento tanto público quanto privado.

Também houve uma mudança significativa na condução das empresas estatais (Eletrobras e Petrobras) e dos bancos públicos, principalmente do BNDES, que passou a ser o motor da recuperação econômica. No mundo acadêmico, o velho debate sobre a intervenção do Estado na economia gravita em torno de três modelos bem-sucedidos: Cingapura, Estados Unidos e China. Agora, esse debate transbordará para a política.

As medidas

Veja quais ações de socorro anunciadas pelo governo ao Rio Grande do Sul

Auxílio Reconstrução

- Benefício de R\$ 5,1 mil, em parcela única, para todas as famílias com residências afetadas diretamente na catástrofe
- O pagamento ocorre pela Caixa, por meio do Pix. A Defesa Civil vai levantar as residências atingidas

Casas destruídas nas áreas urbanas atingidas

- Compra assistida de imóveis usados. Busca de imóvel pelo beneficiário e/ou chamamento público de interessados em vender imóveis
- Imóveis em processo de leilão da Caixa e Banco do Brasil que estejam desocupados
- Aquisição de imóveis de construtoras já em obras ou concluídas
- Aproveitamento de propostas inscritas e não selecionadas na seleção do Minha Casa, Minha Vida em 2023
- Nova seleção do Minha Casa, Minha Vida para os municípios em que os itens anteriores não forem suficientes

Benefícios para financiamento habitacional de imóveis nas áreas atingidas

- FGTS e Minha Casa, Minha Vida — suspensão das parcelas mensais por seis meses
- Aumento do tempo para usar o saldo do FGTS para pagar parcelas em atraso: de seis para 12 meses
- Carência de 180 dias para os novos contratos

Outros benefícios

- FGTS Saque Calamidade/emergência — qualquer cidadão com saldo na conta do FGTS, poderá sacar o valor máximo de R\$ 6,22 mil
- Bolsa Família — antecipação do pagamento para sexta-feira (17)
- Bolsa Família — mais 21 mil famílias que preenchem os requisitos no RS entrarão na folha de pagamento de junho. O Ministério do Desenvolvimento Social seguirá identificando outras famílias que cumpram os requisitos
- Antecipação do calendário de pagamento do Abono Salarial 2024 em maio para o total de trabalhadores habilitados, cujo estabelecimento empregador esteja



nos municípios com reconhecimento federal de calamidade/emergência

- Liberação de duas parcelas adicionais do Seguro-Desemprego para os desempregados que já estavam recebendo o benefício na data do reconhecimento federal de calamidade pública
- Restituição do Imposto de Renda no 1º Lote para contribuintes do RS

Estudo de alternativas para o sistema Guaíba-Lagoa dos Patos

- Reformulação do sistema de proteção de cheias da Região Metropolitana de Porto Alegre, que inclua solução para a retenção de água na Lagoa dos Patos e contenção das bacias contribuintes

Pimenta nega desgaste com Leite

» HENRIQUE LESSA
Enviado especial

São Leopoldo (RS) — O ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Paulo Pimenta, deixou a pasta para assumir o cargo de ministro de Estado da Secretaria Extraordinária da Presidência da República para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul. A nova estrutura será a responsável pela mitigação dos efeitos da tragédia climática vivida no local e deve manter a estrutura operacional no estado.

O anúncio foi feito, ontem, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na Universidade do Rio dos Sinos (Unisinos), em São Leopoldo. Ele disse que uma das atribuições de Pimenta será visitar todos os municípios do estado e ajudar os prefeitos nas

necessidades da população.

Por sua vez, Pimenta afirmou que o desafio é enorme, já que o fenômeno climático ainda não está concluído. “Temos essa situação em boa parte da região metropolitana, temos ainda um número muito grande de pessoas desaparecidas”, frisou o gaúcho.

A atuação de Pimenta pode ser contaminada por suas pretensões eleitorais para 2026. E, apesar dos elogios públicos dentro do PT, uma parte do partido avalia que a escolha dele pode representar “um tiro no pé” de Lula, pois o desempenho do ministro pode botar combustível na fogueira da polarização no estado, hoje muito desfavorável ao petista.

Pimenta é cotado a candidato ao governo do estado ou ao Senado em 2026, e até mesmo

assessores palacianos reconhecem que a escolha do gaúcho pode politizar mais a atuação do governo federal no processo de reconstrução do estado.

Do outro lado, o cálculo político de Lula é não deixar todo o crédito da reconstrução para o governador do estado, Eduardo Leite (PSDB).

Depois do anúncio, Pimenta minimizou um possível desgaste entre ele e Leite, que não teria ficado satisfeito com sua escolha para o cargo. “Desde o primeiro momento, estamos trabalhando em absoluta sintonia com o governo do estado. O trabalho, desde o primeiro momento, como orientado pelo presidente Lula, é sempre complementar o realizado pelo governo do estado”, disse o ministro.

Questionado pelo **Correio**,